

Balço Contabilístico em 14 de 2017

Rubricas	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente		643.792,20	692.352,85
Activos fixos tangíveis	4	642.780,46	691.609,33
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	3.2.2	1.011,74	743,52
Outros creditos e activos não correntes		0,00	0,00
Activo corrente		473.387,96	408.143,65
Inventários	7	1.534,56	0,00
Créditos a receber	15.4	42.178,83	65.508,79
Estado e outros entes públicos	15.3	2.643,57	3.658,07
Diferimentos		13.793,17	3.685,76
Outros activos correntes		6.582,26	6.582,26
Caixa e depósitos bancários	15.1	406.655,57	328.708,77
Total do activo		1.117.180,16	1.100.496,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais		778.841,49	768.002,15
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		778.841,49	768.002,15
Fundos patrimoniais		240.069,17	258.186,47
Subsidios ao investimento		162.582,99	191.066,47
Doações		77.486,18	67.120,00
Outras variações dos fundos patrimoniais		0,00	0,00
Resultado liquido do exercicio		16.033,80	10.839,34
Total dos fundos patrimoniais		1.034.944,46	1.037.027,96
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dividas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15.2	7.867,31	7.380,58
Estado e outros entes publicos		7.033,57	6.198,40
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	49.607,89
Outros Passivos correntes		67.334,82	281,67
Subtotal		82.235,70	63.468,54
Total do Passivo		82.235,70	63.468,54
Total dos fundos patrimoniais e passivo		1.117.180,16	1.100.496,50

Contabilidade - (c) Port. 220/2015

A Direcção

O Contabilista Certificado
Nº 23.249 Armando Gonçalves Martins Viana

Centro Social da Freguesia de Sosa

Moeda: EUR

NIF: 503.339.253

Demonstração de resultados por natureza Dez de 2017

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	8	141.703,23	154.965,01
75		Subsídios, doações e legados à exploração	8		
		Subsídios de Iss, IP - Centros distritais		294.171,60	289.906,09
		Outras entidades publicas		0,00	0,00
		Subsídios de outras entidades		50.200,52	50.951,86
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-70.519,59	-76.993,55
	62	Fornecimentos e serviços externos		-66.124,79	-65.969,68
	63	Gastos com pessoal		-315.380,04	-323.742,07
7622	652	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623/8	653/8	Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
78		Outros rendimentos			
		Correções relativas a anos anteriores		6.327,55	4.721,66
		Imputação de subsídios de investimento		12.072,69	14.536,73
		Outros rendimentos		26.712,55	26.676,14
	68	Outros gastos			
		Correções relativas a anos anteriores		-7.317,78	-7.941,39
		Outros gastos		-1.467,68	-251,49
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		70.378,26	66.859,31
761	64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-54.320,62	-56.534,94
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16.057,64	10.324,37
79		Juros e rendimentos similares obtidos		659,92	1.231,76
69		Juros e gastos similares suportados		-683,76	-716,79
		Resultado antes de impostos		16.033,80	10.839,34
812		Impostos sobre o rendimento do periodo		0,00	0,00
		Resultado liquido do periodo		16.033,80	10.839,34

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Direcção _____

O Contabilista Certificado
Nº 23.249 Armando Gonçalves Martins Viana

Centro Social da Freguesia de Sosa

Contribuinte: 503339253

Moeda: EUR

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 14 2017

RUBRICAS	Notas	2017	2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		186.787,23	131.964,02
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-115.343,89	-128.538,28
Pagamentos ao pessoal		-200.788,05	-219.800,01
Caixa geradas pelas operações		-129.344,71	-216.374,27
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		208.051,25	280.497,44
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		78.706,54	64.123,17
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-268,22	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	1.231,76
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-268,22	1.231,76
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações			3.333,21
Outras operações de financiamento		659,92	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-1.151,44	-716,79
Fluxos de atividades de financiamento (3)		-491,52	2.616,42
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		77.946,80	67.971,35
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		328.708,77	386.316,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período		406.655,57	328.708,77

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração, validado na AG a 28 Mar. 2018

O Contabilista Certificado Nº 23249 Armando Viana

Centro Social da Freguesia de Soza

Anexo

ao Balanço e Demonstração de Resultados

31 de Dezembro de 2017

Índice

1.	Identificação da Entidade	3
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3.	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1.	Bases de Apresentação	3
3.2.	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	4
4.	Activos Fixos Tangíveis.....	Erro! Marcador não definido. 8
5.	Activos Intangíveis	9
6.	Custos de Empréstimos Obtidos	9
7.	Inventários	9
8.	Rendimentos e Gastos Custos de Empréstimos Obtidos.....	9
9.	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	9
10.	Subsídios e outros apoios das entidades Públicas.....	10
11.	Instrumentos Financeiros	11
12.	Benefícios dos empregados.....	11
13.	Acontecimentos após data de Balanço	12
14.	Agricultura	11
15.	Outras divulgações	12
15.1.	Caixa e Depósitos Bancários	12
15.2.	Fornecedores	Erro! Marcador não definido. 13
15.3.	Estado e Outros Entes Público.....	13
15.4.	Outras Contas a Receber	15
15.5.	Fornecimentos e serviços externos	15
15.6.	Outros gastos e perda.....	15
15.7.	Outros rendimentos e ganhos	15
15.8.	Resultados Financeiro	14

1. Identificação da Entidade

O “Centro Social da Freguesia de Soza” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos registados, a título definitivo, na Direcção-Geral da Segurança Social, desde 13/02/1995 no Livro nº 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o nº 82/95, a folhas 80 verso, com sede em Rua Comendador Rodrigues Silva, nº50 | 3040-351 Soza. Tem como actividade “Prestação de serviços de acção social sem fins lucrativos, nas valências de Creche, ATL, Apoio Domiciliário, sem alojamento” para que possa prosseguir os objectivos inerentes.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (sustentabilidade).

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” .

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito, quando existam, encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada bem e grupo de bens quando aplicável.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Investimentos financeiros

A instituição detém uma participação no “Fundo Estrutural Sector Solidário” (conta 41581) e no “Fundo de compensação salarial” (conta 41582) respeitando os normativos legais.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de beneméritos, doadores, associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractor o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

- À data de 31 de Dezembro não havia qualquer empréstimo contraído em nome da instituição.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4. Activos Fixos Tangíveis

No período de 2017, a quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo a 1Jan2017	Aquis	Abates /Alien	Transf	Revalorizações	Saldo em 31Dez2017
Custo						
Terrenos e Rec Naturais	192.035,85	0,00	0,00	0,00	0,00	192.035,85
Edifícios e Out Construções	590.056,58	3.400,75	0,00	0,00	0,00	593.457,33
Equipamento Básico	151.965,33	2.091,00	0,00	0,00	0,00	154.056,33
Equip de Transporte	275.844,40	0,00	0,00	0,00	0,00	275.844,40
Equip Administrativo	90.334,11	0,00	0,00	0,00	0,00	90.334,11
Out. act. fixos tang	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.300.236,27	5.491,75	0,00	0,00	0,00	1.305.728,02
	Saldo a 1Jan2017	Dep do exerc	Regularizações			Saldo em 31Dez2016
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Rec Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Out Construções	139.943,41	14.721,81	0,00	0,00	0,00	154.665,22
Equipamento Básico	91.092,70	21.604,92	0,00	0,00	0,00	112.697,62
Equip de Transporte	272.521,48	3.322,92	0,00	0,00	0,00	275.844,40
Equip Administrativo	105.069,35	14.670,97	0,00	0,00	0,00	119.740,32
Out. act. fixos tang	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	608.626,94	54.320,62	0,00	0,00	0,00	662.947,56

5. Activos Intangíveis

Não aplicável

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Não aplicável

7. Inventários

O Inventário está registado ao Custo de Aquisição.

Os Inventários que a Entidade detém referem-se a bens alimentares que se destinam a serem incorporados nas refeições servidas aos utentes.

MOVIMENTOS	MERC	MAT-PRIMAS, SUBS E DE CONSUMO - 2017	MAT-PRIMAS, SUBS E DE CONSUMO - 2016
Existências Iniciais		0,00	0,00
Compras		74.030,21	79.605,19
Auto consumos		50,72	0,00
Regularização de existências		-2.026,78	0,00
Existências Finais		-1.534,56	0,00
Custo MVMC		70.519,59	79.605,19

A instituição conjuga com uma gestão atenta e consciente das compras, e tem contratos anuais com fornecedores, conseguindo manter um nível de custos relativamente baixo, face ao volume de refeições que se servem, uma postura proactiva que tem vindo a ser mantida. A diminuição de custos esse ano deve-se ao protocolo em vigor relativo ao Programa de Emergência Alimentar ter terminado.

	Saldo a 1Jan2017	Aquis	Abates /Alien	Transf	Revalorizações	Saldo em 31Dez2017
Investimentos em curso						
Edif Loft	6.582,26	0,00	0,00	0,00	0,00	6.582,26
Total	6.582,26	0,00	0,00	0,00	0,00	6.582,26

O Edifício Loft foi adquirido com vista a:

- Dar apoio ao Edifício já existente, nomeadamente para servir de estacionamento para as carrinhas e minimizar os perigos de se estacionar na rua,
 - Para servir de edifício para desenvolver actividades complementares às valências existentes.
- As obras associadas então ainda em curso, por se estar a estudar a forma mais viável.

8. Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de serviços (72)	141.703,23	154.965,01
Matrículas e mensalidades	133.654,73	130.174,01
Quotizações e joias 1)	806,00	116,00
Serv. pontuais/secundários		
Prog Emerg alimentar	7.242,50	24.675,00
Subs à exploração (75)	344.372,12	340.857,95
Compart. Seg. Social	294.171,60	289.906,09
Compart. Autarquia CMVagos	39.946,65	48.436,54
IEFP - CEI	10.253,87	2.515,32

- A instituição aderiu ao **Programa de Emergência Alimentar - cantinas sociais** em Junho 2013, servindo uma média de 150 refeições diárias no âmbito deste programa, a famílias carenciadas. Este protocolo terminou no início de 2017.

Prov. Extraord. - Rendimentos suplementares	2017	2016
Outros rend e ganhos		
Transportes	600,10	48,30
	2017	2016
Venda energia**	23.145,80	22.846,94
Parque Fotovoltaico	21.844,47	21.633,29
Fotovoltaica 2015	1.301,33	1.213,65
**Depreciação do parque Fotovoltaico	-14.580,29	-14.580,29
**Depreciação do Fotovoltaica 2015	-5.365,94	-5.365,94
Rendimento líquido Energia do exerc.	3.199,57	2.900,71
Desc. PP obtidos	24,54	447,69

Correcções exerc. anteriores	6.327,55	4.721,66
Donativos	2.362,11	3.333,21
Outros (indemn. arranjo portão)	580,00	0,00

Subsídios de Investimento (7883)		
Imputação anual subs p/ investimento	14.536,73	14.536,73

- A Instituição recebe regularmente donativos do Hipermercado Modelo de Vagos, e do Banco Alimentar.
- Recebeu uma indemnização dum utente por danos causados num portão das suas instalações.

9. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Não aplicável.

10. Subsídios e outros apoios das entidades publicas

	2017	2016
Subs à exploração (75)	344.372,12	340.857,95
Compart. Seg. Social	294.171,60	289.906,09
Compart. Autarquia CMVagos	39.946,65	48.436,54
IEFP - CEI	10.253,87	2.515,32

Subsídios de Investimento (7883)	2017	2016
Imputação anual subs p/ investimento	14.536,73	14.536,73

11. Instrumentos Financeiros

Não aplicável.

12. Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Os custos com os funcionários estão distribuídos da seguinte forma:

	2017	2016
Direitos dos funcionários, adquiridos em N que serão pagos em N+1		
Remunerações a liquidar	37.768,52	40.444,00
Encargos sobre remunerações	12.984,24	9.163,89
total	50.752,76	49.607,89
	2017	2016
nº médio de pessoas ao serviço da Instituição	31	30

Gastos com Pessoal		
Remunerações do Pessoal	252.049,15	262.311,90
Encargos sobre Remunerações	58.763,86	56.390,15
Seg. Acid. Trab. e Doenças Prof.	3.601,13	2.931,03
Outros Custos c/Pessoal	965,90	2.108,99
Total	315.380,04	323.742,07

13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal em 27 de Março de 2018.

14. Agricultura

Não aplicável.

15. Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	402,15	1.322,04
Depósitos à ordem	190.755,03	112.373,66
Depósitos a prazo	215.498,39	215.013,07
Outros	0,00	0,00
Total	406.655,57	328.708,77

15.2. Fornecedores

O prazo de pagamento contratado com cada um dos fornecedores é de 30 dias. Os saldos que figuram na conta "Fornecedores" reflectem as compras do mês de Dezembro, sendo estas saldadas em Janeiro de 2018.

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2017	2016
Fornecedores Gerais - c/c	2.384,91	1.161,49
Aquifruta, Lda	1.111,20	1.265,56
C Miranda, Lda	948,79	948,79
O TALHO - Edmundo & Francisco Jose Com Car Lda	667,08	832,56
EML - Comércio de Carnes, S.A.	488,07	574,74
M. Deliv, Lda	467,71	208,46
Soraegás, Lda	415,00	302,00
Vagodelicias, Lda	352,08	390,72
Bondumar, Lda.	328,52	216,54
MercoCentro, Lda	251,9	221,01
Batatas Capela, Lda	221,85	385,61
Prio SA	90,45	0,00
Inforlitoral, Lda	57,5	0,00
Dalifal - Dist Prod Alim, Lda	51,71	101,65
Manuel Silva Grave	30,54	30,54
RedeRia	0,00	455,10
Gasprocar, Lda.	0,00	227,96
Bemol, Lda	0,00	57,85
Total	7.867,31	7.380,58

15.3. Estado e Outros Entes Públicos

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Os valores que figuram no activo e no passivo dizem respeito ao reconhecimento de valores a serem pagos em Janeiro, dentro do prazo legal.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Foram pedidos reembolsos de IVA, relativamente aos bens Alimentares, que se aguarda recebimento.

15.4. Outras contas a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

	Descrição	2017	2016
21	Cientes e Utentes		
	Município de Vagos	5.013,06	
	Utentes	5.835,17	
2721	Subsídio da CMVagos a receber		
	Acordo cooperação CMVagos	25.875,60	35.062,72
2781	Out devedores		
	Ass Desp e Cult Sosense	5.000,00	15.000,00
	CASC St Catarina	455,00	8.330,00
	EDP Central fotovoltaica	0,00	702,51
	Sub total	42.178,83	59.095,23

- Os subsídios da Câmara Municipal de Vagos passaram a ter um prazo médio de recebimento de 10 meses.

Relativamente aos acordos de Fornecimento de refeições, que estão sujeitos a IVA, passaram a ser reconhecidos na conta “Clientes”.

- CASC St Catarina é a entidade que está responsável pelos pagamentos do programa de emergência alimentar, sendo residual o valor a saldar.

- A EDP estava classificada nesta conta por ser um fornecedor fora do âmbito das valências sociais. Considerou-se no entanto mais correcto passar-se a considerar como “Cliente”

15.5. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Total Forn Serv Externos	66.124,79	65.969,68
dos quais (por ordem decrescente de valor)		
Trabalhos especializados	18.785,87	17.790,33
Energia e fluidos	15.798,05	22.987,63
Conservacao e Reparação	12.395,06	9.672,19
Materiais	4.869,20	3.604,46
Deslocações, estadas e transportes	787,61	1.612,90
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços diversos *		
Limpeza Higiene e Conforto	4.319,52	3.354,26
Seguros	3.270,59	1.628,72
Comunicação	2.176,35	2.680,30

*As 3 rubricas com maior valor do ano N, decrescendo

15.6. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2017	2016
Impostos	359,51	6,92
Taxas	108,17	0,00
Correcções relativas a anos anteriores	7.317,78	7.941,39
Donativos	1.000,00	180,00
Multas e penalidades	0,00	64,57
Sub Total	8.785,46	8.192,88

- O valor registado em "Correcções exercícios anteriores" refere-se a acertos relativos aos protocolos contratados com a Camara Municipal de Vagos. Tal como referido anteriormente, e devido ao prazo médio de pagamento, e só na altura de pagamento temos informação final dos valores em causa.

15.7. Outros rendimentos e ganhos – Rendimentos suplementares

A instituição investiu em Parques Fotovoltaicos, de forma a obter um Rendimento suplementar que se tem mostrado um bom investimento. Os valores obtidos estão condicionados às condições meteorológicas, e oscilam ligeiramente em cada ano. Este proveito é imputado às várias valências de acordo com uma chave de imputação comum a outros réditos semelhantes.

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Prov extraord - Rendimentos suplementares

	2017	2016
Outros rend e ganhos		
Transportes	600,10	48,30
Venda energia**	23.145,80	22.846,94
Parque Fotovoltaico	21.844,47	21.633,29
Fotovoltaica 2015	1.301,33	1.213,65
**Depreciação parque Fotovoltaico	-14.580,29	-14.580,29
**Depreciação do Fotovoltaica 2015	-5.365,94	-5.365,94
Rendimento liquido Energia do exerc	3.199,57	2.900,71
Desc. PP obtidos	24,54	447,69
Correcções exerc. anteriores	6.327,55	4.721,66
Donativos	2.362,11	3.333,21
Outros (indemn arranjo portão)	580,00	0,00

Subsídios de Investimento (7883)		
Imputação anual subs p/ investimento	14.536,73	14.536,73

- O valor registado em "Correcções exercícios anteriores" refere-se a acertos relativos aos protocolos contratados. Tal como referido anteriormente, os pagamentos deste protocolo tem um prazo médio de pagamento maior do que um ano, e só na altura de pagamento temos informação final dos valores em causa.

- Os subsídios de investimento, são imputados anualmente, acompanhando as Depreciações e Amortizações dos bens que com eles foram financiados.

15.8. Resultados financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Demonstração de Res. Financeiros	2017	2016
Juros dep bancários recebidos	659,92	1.231,76
Gastos e perdas de Financiamento	-683,76	-716,79
Juros suportados	0,00	0,00
Outros		
Custos TPA instituição (MB)	-598,76	-537,79
Custo de cheques	-85,00	-179,00
Result. financeiros	-23,84	514,97

- Actualmente, apesar dos valores que a Instituição detêm em depósitos a prazo, as taxas de juro são mínimas.

- É imperativo, nos dias de hoje a instituição ter um terminal de TPA, cujos custos se tem mantido semelhantes de ano para ano. Já o uso de cheques é preterido por transferências bancárias, obtendo-se assim uma diminuição nos custos.

Soza, 31 de Março de 2018